

Uma resposta difícil com 8 kg de peso

Dodora Guedes

No início da tarde da quarta-feira, assessores do Ministério da Economia informaram que a lista relacionando todos os saques bancários acima de Cr\$ 500 mil efetuados entre 15 de fevereiro e 15 de março — pesando oito quilos — já estava pronta e seria entregue ao Senado Federal através do secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra. Às 20h30, quando presidia a sessão do Congresso, o senador Nelson Carneiro foi surpreendido na Mesa por um telefonema do ministro Bernardo Cabral, da Justiça, comunicando que os documentos passavam por um crivo final e seriam remetidos mais tarde.

O presidente do Senado determinou, então, que o secretário-geral da Mesa do Senado, Nerione Cardoso, ficasse de plantão em seu gabinete para aguardar a entrega das informações. Às 23h, o governo mandava a resposta da ministra, com a negativa de cumprir o requerimento do Senado. No ofício, Zélia sugere que o assunto seja enviado novamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

A ministra Zélia reconhece, no ofício — chamado aviso ministerial —, que houve um grande volume de movimentações financeiras nos 30 dias que antecederam a posse de Collor — confirmando a suspeita levantada pelo senador Jamil Haddad, que pretendia detectar vazamento de informações sobre o plano econômico. Diz o documento que, “pelos esclarecimentos prestados pelo Banco Central do Brasil”; a lista não poderia ser fornecida, entre outros fatores, até pelo “sentido da impossibilidade material do atendimento no prazo fixado, face ao elevadíssimo número, como é natural, de transferências e retiradas de numerários feitas no período de 15 de fevereiro a 15 de março do corrente ano, nas diversas agências de todas as instituições financeiras em funcionamento no país”.

O requerimento de informações sobre saques bancários às vésperas do Plano Collor foi iniciativa do senador Jamil Haddad (PSB/RJ). Outra solicitação no mesmo sentido — igualmente não respondida — havia sido feita pelo deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ), que pedia a lista das movimentações financeiras praticadas, entre 1º e 15 de março, pelo presidente Fernando Collor, seus ministros, secretários, assessores, parentes e amigos, num total de 28 pessoas, além de 18 empresas de pessoas ligadas ao presidente e à ministra da Economia. A ministra recebeu o pedido de informa-

ções de Jamil Haddad no dia 29 de março. O prazo para resposta terminou a 29 de abril.

Precedente — Em dezembro passado, o procurador-geral da Fazenda, Cid Heráclito, havia dado parecer sobre a obrigatoriedade de este tipo de informação ser prestado ao Senado — à época, o Banco Central respondeu a requerimento do senador José Fogaça (PMDB/RS) sobre empréstimos feitos pela financeira do Banco Sul Brasileiro. Mas Zélia ignorou este precedente e negou a resposta, alegando sigilo bancário, exigido na Lei 4.595, de 1964, que criou o Banco Central e regula o sistema financeiro.

No dia 10 de maio, quando foi ao plenário do Senado para falar sobre o plano econômico, Zélia ouviu de Haddad que seria processada por crime de responsabilidade. Ela disse, então, que se tivesse um parecer que a convencesse do contrário, remetaria as informações. A questão foi parar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que aprovou por 9 votos a 1 parecer do senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA), considerando que Zélia não poderia deixar de prestar as informações, sob pena de ser processada. O senador Nelson Carneiro remeteu novo ofício à ministra, na noite de terça-feira, para que em 24 horas as informações fossem prestadas. Com a negativa, Zélia ficou sujeita à decisão do Senado, de processá-la ou não.